

ILMO. SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO COM ARCO

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO nº 02/2021

MERU VIAGENS EIRELI – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ** sob o nº **09.215.207/0001-58**, com sede no SCS, Quadra 8, Bloco B -50, Sala 509 e 511, Asa Sul, Brasília (DF), CEP: 70.333-900, neste ato representada pelo seu sócio administrador, Sr. **GABRIEL SEVERO PEREIRA GOMES**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade nº 2.185.230-SSP/DF e CPF nº 004.253.061-00, tempestivamente, apresentar suas **RAZÕES RECURSAIS**, nos termos contidos no Edital do Pregão Eletrônico em referência.

DOS FATOS

A recorrente participou do Pregão em apreço, onde o objeto foi a contratação de agência de viagens para a prestação de serviços no âmbito corporativo de emissão e remarcação de passagens aéreas e rodoviárias nacionais e internacionais, intermediação de serviços de hospedagem nacional e internacional, dentre outros serviços.

Após a abertura do pregão, e nossa classificação em 1ª lugar, de forma indevida houve a nossa desclassificação, conforme será explicitado a seguir.

DA TEMPESTIVIDADE

Informamos que o presente recurso é tempestivo, pois enviado dentro do prazo legal de três dias úteis.

DO MÉRITO

Inicialmente, informamos que **NÃO EXISTE** qualquer impedimento de nossa empresa junto a Agência Nacional do Petróleo (ANP) ou qualquer órgão federal conforme certidão do SICAF anexo.

Cumpramos destacar que a referida penalidade que nossa empresa teve junto à ANP já produziu seus efeitos jurídicos e findou em 10/08/2020. **Ou seja, a sanção já foi totalmente cumprida.**

Como se sabe, não se trata de “pena perpétua”, tendo em vista que os efeitos da sanção não se prolongam no decorrer do tempo. Não pode agora, a Confederação Brasileira de Tiro com Arco ao seu mero prazer e vontade “extender” uma penalidade que já foi cumprida e que está certificada em documento oficial do SICAF.

MERU VIAGENS

SCS, Qd. 08, Bloco B50, Salas 509, 511 e 513
Edifício Shopping Venâncio 2000
Bairro: Asa Sul || Brasília/DF
CEP: 70.333-900
+55 61 3967.3011
0800 607 3011



Além disso, após verificar que a Meru Viagens restou classificada em 1ª lugar, a CBTARCO enviou para o e-mail da empresa uma sanção DESCABIDA e ILEGAL onde afirma que a Meru Viagens está suspensa de contratar com a CBTARCO pelo prazo de 2 anos.

Neste sentido, informamos que somente tomamos conhecimento da sanção imposta pela CBTARCO após a abertura do Pregão nº 02/2021, e que **não houve a ampla defesa e o contraditório de tal sanção**, instituto pormenorizado na Lei nº 9.784/99 e na Constituição Federal de 1988.

No que concerne à obrigatoriedade de oportunizar o direito ao princípio do contraditório e da ampla defesa ao interessado, esta imposição resulta do insculpido no inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, o qual dispõe da seguinte forma:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

Ao tratar do princípio do contraditório e da ampla defesa, Celso Antônio Bandeira de Mello esclarece que “a Administração Pública não poderá proceder contra alguém passando diretamente à decisão que reputar cabível, pois terá, desde logo, o dever jurídico de atender ao contido nos mencionados versículos constitucionais”. Além disso, o jurista ainda assevera que a aplicação de sanções por parte da Administração Pública, somente será justa e legítima quando respeitar o princípio do devido processo legal e do contraditório e da ampla defesa.

A necessidade de oportunizar a defesa prévia para que o interessado no processo administrativo sancionador possa exercer o seu direito à contraditório e à ampla defesa antes de qualquer decisão é considerada como condição de validade dos processos, tanto que os Tribunais Pátrios são unânimes em assegurar tal direito, bem como em declarar a invalidação de processos que inobservam tais direitos:

Contratação pública – Contrato – Inexecução – Sanções – Garantia do contraditório e da ampla defesa – Devido processo legal – TJ/SP. Para serem aplicadas as devidas sanções ao particular que contrata com a Administração Pública e que venha cometer algum ilícito durante a execução do contrato, deve ser garantido o devido processo legal. Ou seja, o particular tem direito de arguir prévia defesa, utilizando-se dos meios previstos em lei, como o contraditório e a ampla defesa. Nesse sentido, entendeu o TJ/SP afirmando que o processo administrativo que venha instituir ao particular alguma sanção, deve observar “o princípio do devido processo legal, na mais ampla acepção”. (TJ/SP, Apelação Cível nº 322.842-5/9-00, Rel. Carlos Eduardo Pachi, j. em 29.10.2007.)

MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. SANÇÃO ADMINISTRATIVA. APLICADA PELO GOVERNADOR DO ESTADO. INIDONEIDADE PARA LICITAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. *Diretor presidente da copel parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda - Processo administrativo sem a garantia da defesa prévia - Notificação efetivada serodidamente e irregularmente* -

MERU VIAGENS

SCS, Qd. 08, Bloco B50, Salas 509, 511 e 513
Edifício Shopping Venâncio 2000
Bairro: Asa Sul || Brasília/DF
CEP: 70.333-900
+55 61 3967.3011
0800 607 3011



Infringência dos direitos constitucionais do contraditório, do devido processo legal e da ampla defesa - Direito líquido e certo violado - Segurança concedida. (TJPR; Mand Seg. 0033617-6; Ac. 2416; Curitiba; Órgão Especial; Rel. Des. Lenz Cesar; DJPR 12/02/1996) 21

Não se pode esquecer também que a defesa prévia encontra albergue inclusive nos direitos do administrado previstos na Lei de Processo Administrativo Federal (Lei nº 9.784/99):

Art. 3º O administrado tem os seguintes direitos perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados: (...)

III - formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente;

Ora, a licitante sofre uma punição, não fica sabendo de sua existência, participa do Pregão em referência, vence o certame e após vencer recebe por e-mail a sanção de suspensão por dois anos, sem qualquer contraditório, ampla defesa e justificativas para tal.

Outro fato a ser observado é no que diz respeito de que cumprimos todas as exigências editalícias, conforme rol de documentos exigidos para habilitação do Pregão e fomos classificados em 1º lugar.

Aqui, há de se observar que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga o Contratante e o licitante a observarem as regras e condições previamente estabelecidas no edital. A Confederação Brasileira de Tiro com Arco, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório, pois, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital ou instrumento congênere.


DOS PEDIDOS

Seja acolhido o presente Recurso, reformando-se a decisão do senhor Pregoeiro no sentido de:

1. Anular a declaração da licitante Daher Turismo como vencedora do certame, tendo em vista o equívoco na classificação do primeiro colocado;
2. Seja retornada a fase de habilitação para que a Meru Viagens, classificada na 1ª colocação, seja convocada para apresentar os documentos de habilitação;
3. Que o presente recurso seja remetido à autoridade superior;

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Brasília (DF), 9 de fevereiro de 2021.


MERU VIAGENS EIRELI EPP
CNPJ: 09.215.207/0001-58
GABRIEL SEVERO PEREIRA GOMES
CPF nº 004.253.061-00

MERU VIAGENS

SCS, Qd. 08, Bloco B50, Salas 509, 511 e 513
Edifício Shopping Venâncio 2000
Bairro: Asa Sul || Brasília/DF
CEP: 70.333-900
+55 61 3967.3011
0800 607 3011



DECLARO QUE RECEBI OS VOLUMES DESTES CONHECIMENTOS EM PERFEITO ESTADO PELO QUE DOU POR CUMPRIDO O PRESENTE CONTRATO DE TRANSPORTE

O transporte coberto por este conhecimento de transporte rege-se pelo Código Brasileiro de Aeronáutica - Lei nº 7.565, de 19/12/1986 - e pelas regulamentações da ANAC, de cujo teor o expedidor/remetente declara ter plena ciência. O expedidor/remetente aceita como corretas todas as especificações contidas neste documento, certificando que a carga, incluindo o artigo perigoso, foi devidamente declarada e acondicionada, para o transporte aéreo.

EXPEDIDOR/REMETENTE
DESTINATÁRIO/RECEBEDOR
NÚMERO OPERACIONAL
95766039113716

NOME
DATA/HORA
Chave de acesso

5321.0202.0128.6200.1131.5700.3000.4965.2019.1884.3544

ASSINATURA

RG

DATA E HORA DA EMISSÃO

09/02/2021 14:29:53



IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE
TAM LINHAS AEREAS SA
CNPJ: 02.012.882/0011-31 / I.E: 0732553100273
AERO/BASE BSB LJ SN, TERMINAL DE CARGAS 2 ANDAR, Aeroporto, BRASILIA, DF
TEL: 61-3248-8400 / CEP: 71608-900

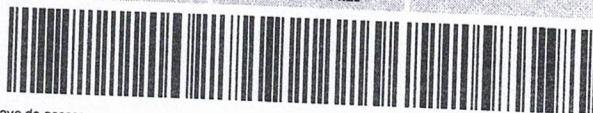
DACTE
Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico

MODAL
AÉREO

FL

1/1

MODELO SÉRIE NÚMERO DATA E HORA DA EMISSÃO INSC. SUFRAMA DESTINATÁRIO
57 3 000.496.520 09/02/2021 14:29



Chave de acesso

5321.0202.0128.6200.1131.5700.3000.4965.2019.1884.3544
Consulte em <https://dfe-portal.svrs.rs.gov.br/CTE/Consulta>



TIPO DO CT-E

CT-e Normal

TIPO DE SERVIÇO

Normal

INDICADOR DO CT-E GLOBALIZADO

☐ SIM ☒ NÃO

INFORMAÇÕES DO CT-E GLOBALIZADO

COD. FISCAL DE OPERAÇÕES DE PRESTAÇÕES - NAT. DA OPERAÇÃO

6351 - PREST. SERV. DE TRANSP. PARA EXECUÇÃO SERV. DA MESMA NATUREZA

INÍCIO DA PRESTAÇÃO

DF - BRASILIA

Protocolo de Autorização de Uso

353210001485858 09/02/2021 14:29:59

TÉRMINO DA PRESTAÇÃO

RJ - RIO DE JANEIRO

REMETENTE: MERU VIAGENS

ENDEREÇO: SCS QUADRA 8 BLOCO B LOTES 5060,492 - ASA SUL

MUNICÍPIO: BRASILIA - DF

CEP: 70333-900

CNPJ/CPF: 09.215.207/0001-58

IE: 0749604800174

UF: DF PAÍS: BRASIL

FONE:

DESTINATÁRIO: CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO COM ARCO

ENDEREÇO: RUA IVONE DOS SANTOS CARDOSO, 340 - ITAPEBA

MUNICÍPIO: MARICA - RJ

CEP: 24913-000

CNPJ/CPF: 68.760.693/0001-54

IE: ISENTO

UF: RJ

PAÍS: BRASIL

FONE:

EXPEDIDOR:

ENDEREÇO:

MUNICÍPIO:

CNPJ/CPF:

UF:

PAÍS:

CEP:

IE:

FONE:

RECEBEDOR:

ENDEREÇO:

MUNICÍPIO:

CNPJ/CPF:

UF:

PAÍS:

CEP:

IE:

FONE:

TOMADOR DO SERVIÇO: MERU VIAGENS

ENDEREÇO: SCS QUADRA 8 BLOCO B LOTES 5060,492 - ASA SUL

CNPJ/CPF: 09.215.207/0001-58

MUNICÍPIO: BRASILIA

UF: DF

IE: 0749604800174

CEP: 70333-900

PAÍS: BRASIL

FONE:

PRODUTO PREDOMINANTE

DOCUMENTOS

OUTRAS CARACTERÍSTICAS DA CARGA

DOCUMENTOS

VALOR TOTAL DA CARGA

0,00

QTD CARGA

PESO BRUTO (KG)

0,30

PESO BASE CÁLCULO (KG)

0,30

PESO AFERIDO (KG)

0,30

CUBAGEM (M3)

QUANTIDADE DE VOLUMES (UNID)

1

COMPONENTES DO VALOR DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

NOME	VALOR
FRETE	114,00
TAXA TRANSFERE	59,61
TAXA EMBALAGEM	1,80

NOME	VALOR

NOME	VALOR

NOME	VALOR

VALOR TOTAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

175,41

VALOR A RECEBER

175,41

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO IMPOSTO

CLASSIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA DO SERVIÇO

00 - tributação normal ICMS

BASE DE CÁLCULO

175,41

ALÍQUOTA DO ICMS

4,00

VALOR DO ICMS

7,02

% RED. BC CALC

0,00

DOCUMENTOS ORIGINÁRIOS

TP DOC. CNPJ / CPF EMITENTE

SERIE / N° DOCUMENTO

TP DOC. CNPJ / CPF EMITENTE

SERIE / N° DOCUMENTO

SERIE / N° DOCUMENTO

PREVISÃO DO FLUXO DA CARGA

Sigla ou código interno da Filial/Porto/Estação/ Aeroporto de Origem

BSB

Sigla ou código interno da Filial/Porto/Estação/ Aeroporto de Passagem

Sigla ou código interno da Filial/Porto/Estação/ Aeroporto de Destino

SDU

OBSERVAÇÕES GERAIS

: 99 - Outro

INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS DO MODAL AÉREO

NÚMERO OPERACIONAL DO CONHECIMENTO AÉREO

95766039113716

NÚMERO DA MINUTA

CLASSE

G - Tarifa Geral

CÓDIGO DA TARIFA

VALOR DA TARIFA

114,00

☐ SIM

RETIRA

☒ NÃO

DADOS RELATIVOS À RETIRADA DA CARGA

DOMICÍLIO

CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DO SERVIÇO

DATA PREVISTA DA ENTREGA

NATUREZA DA CARGA

INFORMAÇÕES DE MANUSEIO

99

USO EXCLUSIVO DO EMISSOR CT-E

RESERVADO AO FISCO

Lei da transparência 12.741/12, o percentual aproximado dos tributos incidentes sobre o preço do serviço são: Federal: 15,96% Estadual: 4,0%



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 09.215.207/0001-58 DUNS®: 899228406
Razão Social: MERU VIAGENS EIRELI
Nome Fantasia: MERU VIAGENS
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 26/08/2021
Natureza Jurídica: EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)
MEI: Não
Porte da Empresa: Empresa de Pequeno

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	01/04/2021
FGTS	Validade:	23/02/2021
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	23/07/2021

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	08/03/2021
Receita Municipal (Isento)		

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2021

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

Emitido em: 10/02/2021 10:07

CPF: 004.253.061-00 Nome: GABRIEL SEVERO PEREIRA GOMES

Ass: _____ 1 de 1



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências

Dados do Fornecedor

CNPJ: 09.215.207/0001-58 DUNS®: 899228406
Razão Social: MERU VIAGENS EIRELI
Nome Fantasia: MERU VIAGENS
Situação do Fornecedor: Credenciado

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7ª
Motivo: Falha ou fraude na execução do contrato
UASG Sancionadora: 323031 - AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - ANP - RJ
Âmbito da Sanção: União
Prazo: Determinado
Prazo Inicial: 18/05/2020 Prazo Final: 10/08/2020
Número do Processo: 48610204248201912 Número do Contrato: 9.050/18-ANP-009.400
Descrição/Justificativa: Impedimento de licitar e contratar com a União, com o consequente descredenciamento do SICAF ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do artigo 4. da Lei n. 10.520/2002, pelo prazo de 161 (cento e sessenta e um) dias, com fulcro no artigo 7. da Lei n. 10.520/2002 e na subcláusula 9.3.4 do contrato administrativo n. 9.050/18-ANP-009.400; conforme motivação no Termo SGA/CCO (SEI 0274436); a contar da Resolução de Diretoria 0488/2019 (SEI 0349533). Cumpridos 76 dias (01/08/2019 a 15/10/2019 quando da suspensão judicial liminar). Sentença definitiva validou penalidade, restando 85 dias de 18/05/2020 a 10/08/2020, conforme consta dos autos.